

**POBREZA, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DOS
DISTRITOS EM MOÇAMBIQUE**

Salim Cripton Valá

Conference Paper N°46

II Conferência IESE

**“Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica
em Moçambique”**

POBREZA, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DOS DISTRITOS EM MOÇAMBIQUE¹

Salim Cripton Valá²

RESUMO

Nos últimos 18 anos, a redução da pobreza tornou-se um tema de relevo no diálogo mundial, ocupando o lugar de principal objectivo de desenvolvimento, ao invés de resultado desse processo. A experiência dos países do leste asiático mostra que o progresso é possível em três décadas, mas ele só ocorre quando existem condições adequadas. A evidência empírica demonstra que o crescimento económico sustentável reduz a pobreza. Porém, para que o crescimento da produção contribua para a redução da pobreza, o mesmo precisa de resultar em renda acrescida para os pobres economicamente activos, em particular as mulheres (Yunus, 2008).

Em Moçambique pouco menos de 50% da população vive ainda em situação de pobreza. O grosso dos pobres vive e trabalha nas zonas rurais, dedicando-se fundamentalmente a actividade agrícola ou outras actividades correlacionadas com a agricultura. A pobreza rural explica-se, em parte, pelo fraco desempenho da agricultura. A estrutura empresarial de base em Moçambique é constituída pelas Pequenas e Médias Empresas (PME's), que se localizam maioritariamente nos Distritos (MPD, 2007).

O sector empresarial moçambicano é constituído maioritariamente pelas PME's, totalizando cerca de 78% do total do universo empresarial³. Só no ramo industrial, as Pequenas e Médias Empresas (PME's), totalizam cerca de 97.4% do total de empresas, empregando aproximadamente 67% da força de trabalho (MIC, 2006). Sendo assim, o comportamento e desempenho das PME's são fundamentais no desenvolvimento da economia moçambicana.

As PME's tem um papel crucial na redução da pobreza nos Distritos de Moçambique, pois a maior parte dos pobres estão intervindo nesse tipo de empresas. Elas estão actualmente a contribuir para a redução da pobreza através do crescimento da produção, criação de empregos e geração de renda acrescida para a população de baixa renda. Elas também estão a “empoderar” a população pobre, ao oferecer um vasto espectro de produtos e serviços a preços mais baixos. No nosso país, as PME's já

¹ Comunicação preparada para ser apresentada durante a II Conferência do IESE sobre “*Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*”, a realizar-se em Maputo, nos dias 22 e 23 de Abril de 2009.

² Licenciado em História e mestrado em Desenvolvimento Agrário. Investigador do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), afecto à Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR) e docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). É desde 2005 o Director da DNPDR. Bairro da Maxaquene “C”, Rua 3253, N° 134. Telefax: +258-21-419824; Cel: +258-82-4284890; C.P.: 4518 E-mail: salimvala.dnpdr@tvcabo.co.mz, Site: www.ruralmoc.gov.mz, Maputo - Moçambique.

³ O critério de classificação esta baseado no número de trabalhadores assim, segundo o INE, é designado de *Pequena* toda empresa com menos de 10 trabalhadores, *Média* a empresa com um número de trabalhadores entre 11 a 50 e *Grande* a que tiver mais de 50 trabalhadores.

provaram ser viveiros para a inovação e o empreendedorismo, mas têm uma relevância marginal no ecossistema económico nacional. Um número significativo delas opera na informalidade, num ambiente de negócios ainda deficiente, enfrentam carências de financiamento e capital de longo prazos, e tem reduzido acesso às infraestruturas económicas e sociais básicas, aos mercados e a tecnologias e conhecimento.

Argumenta-se nesta comunicação que sendo a pobreza o principal problema de desenvolvimento do país, a sua erradicação é o objectivo cimeiro da governação. O contributo das PME's, especialmente as lideradas por mulheres e jovens, vai ser crucial para o combate à pobreza e o desenvolvimento dos Distritos. A estratégia para o desenvolvimento integrado e sustentável dos Distrito deverá assentar na capacitação institucional dos empreendedores e suas organizações, no acesso ao financiamento adaptado as demandas das PME's e o desenvolvimento de mercados que absorvam a produção local.

Esta comunicação vai estar mais orientada para as zonas rurais, tendo como foco central os Distritos. Ela vai resultar de consultas a documentos escritos em Moçambique e sobre Moçambique, em particular versando sobre a pobreza, as PME's e o desenvolvimento rural e dos Distritos. Será consultada literatura sobre outros países para ter as referências globais e capturar a "boas práticas" a seguir. A análise crítica das políticas e estratégias de desenvolvimento que tratam do assunto será importante para balizar a reflexão e para reflectir sobre as causas da dissonância (se existe!) entre os discursos e a prática.

I. COMBATER A POBREZA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DOS DISTRITOS

Mesmo tendo em conta os efeitos da crise financeira que fustiga o mundo actualmente, não podemos deixar de reconhecer que o sistema capitalista floresceu, mudou de roupagem e consolidou-se desde o pós-II Guerra Mundial até aos nossos dias. Os negócios cresceram significativamente, o comércio global desenvolveu-se rapidamente, as empresas multinacionais expandiram-se quase sem cessar e os avanços tecnológicos continuam a multiplicar-se. No entanto, nem todos se beneficiaram desse crescimento sem paralelo na história da humanidade. A distribuição do rendimento global conta outra história: 94% do rendimento mundial está distribuído por 40% da população, enquanto os outros 60% são obrigados a viver com apenas 6% do bolo económico global. Metade da população do mundo vive com dois dólares por dia ou menos e quase mil milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia. A pobreza não está distribuída de forma uniforme pelo mundo, havendo regiões como a África Sub-Sahariana (ASS), o Sul da Ásia e a América Latina, que enfrentam os seus piores efeitos. Os desastres naturais cíclicos continuam a matar centenas de milhar de pobres e a atingir populações vulneráveis. O fosso entre o Norte rico e o Sul pobre aprofundou-se de forma notável⁴ (Yunus, 2008: 23-24).

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta- na sua segunda geração (PARPA II), dá um passo significativo em frente ao reconhecer que a responsabilidade sobre a pobreza não deve ser atribuída ao cidadão e sua família, ou seja, não é correcto realçar que os pobres são incapazes de assegurar as condições básicas de subsistência e bem-estar mas, em contrapartida, é pertinente reconhecer que os pobres estão impossibilitados de o fazer por incapacidade ou por falta de oportunidade. Na verdade, o Relatório de Anual da Pobreza (RAP) 2004 enfatiza que *“o Moçambicano é laborioso e tem capacidade para assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, o que lhe falta é a oportunidade para o realizar”* (G20, 2004: 9)⁵.

Em 1992, no ano da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP), Moçambique era considerado o país mais pobre do mundo. Quais as razões que levaram o país a ser assim considerado? Vários factores explicam esse facto, mas a maior parte dos autores referem-se à combinação dos seguintes elementos: i) uma colonização de cerca de 500 anos que não deu ênfase a criação de capital humano na população moçambicana; ii) as contradições de algumas políticas de desenvolvimento adoptadas (com uma falhada experiência socialista), e; iii) uma guerra civil de 16 anos que destruiu completamente o tecido económico e social (República de Moçambique, 2006; Abrahamsson e Nilsson, 1994; Francisco, 2003 e Magid Osman, 2000).

⁴ Problemas globais como a pobreza não tem passado despercebidos. No ano 2000, os líderes mundiais reuniram-se em Nova York, nas Nações Unidas, e comprometeram-se, entre outros objectivos, a reduzir a pobreza em 50% até 2015. Metade do prazo foi ultrapassado e os resultados, duma forma geral, são decepcionantes. A maior parte dos observadores é da opinião de que as Metas do Milénio não serão atingidas.

⁵ Para mais detalhes sobre a definição de pobreza, recomendo a leitura de República de Moçambique, 2006: 8 e G20, 2005: 13-14.

Desde 1994-95 que a sociedade e a economia moçambicanas transformaram-se profundamente, como resultado do ambiente de paz e relançamento económico pós-guerra, implantação de infraestruturas sócio-económicas básicas nas zonas rurais, estabilidade macroeconómica e a operacionalização consistente das directrizes duma economia de mercado. Todavia, Moçambique continua a ter pouco menos de 50% da sua população vivendo em situação de pobreza, possui uma dívida externa elevada, um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do mundo, uma burocracia excessiva e paralizante no sector público e uma dinâmica económica distrital ainda fraca em virtude do deficiente ambiente de negócios nas zonas rurais⁶.

A pobreza é um fenómeno global, que está presente nas zonas urbanas e rurais. No entanto, é nas zonas rurais onde a pobreza se faz sentir de forma mais abrangente e profunda, sendo nesses espaços onde o subdesenvolvimento é estigmatizado. A pobreza está, de alguma forma, relacionada com o fraco desempenho da agricultura (MADER, 2000). Em Moçambique a agricultura é considerada um sector determinante para o desenvolvimento económico e o combate à pobreza. A Constituição da República sublinha que a agricultura é a base para o desenvolvimento do país (República de Moçambique, 2004), reconhecendo que os pequenos produtores são estimulados a adoptar tecnologias apropriadas e serão apoiadas prioritariamente as associações e cooperativas de produtores⁷.

Existe consenso de que a actividade agrária é a mais importante fonte de emprego nas zonas rurais. Apesar do forte êxodo rural, a actividade agrária continua a ser crucial nas estratégias de sobrevivência das famílias rurais e urbanas (G20, 2006: 37). A complementaridade e interdependência é visível uma vez que os sectores da indústria e serviços nas zonas urbanas não conseguem absorver a mão-de-obra que imigra para as cidades. Na verdade, o sector agrário não consegue absorver e manter em actividade rentável as pessoas que vivem no campo, e isso traduz-se num crescimento exponencial do sector informal.

Algumas das principais instituições multilaterais como o Banco Mundial definiram como sua principal meta a erradicação da pobreza, e estiveram durante alguns anos concentradas em atingir esse objectivo através, exclusivamente, do crescimento económico em larga escala. Ou seja, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) estiver a crescer num país, partia-se do princípio que a meta está a ser alcançada. Que o crescimento económico é extremamente importante para a redução da pobreza, ninguém tem dúvida, mas isso não significa que esse factor é condição “sine qua non” para se

⁶ Macuácuá (2005: 140), aponta que as principais causas da pobreza em Moçambique são: i) fraco nível de escolaridade e insuficiência de serviços de saúde; ii) falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola; iii) fraco desenvolvimento das infraestruturas nas zonas rurais; iv) insuficiente agro-processamento; v) baixa produtividade ao nível do sector familiar; vi) pesca intensiva e contaminação do meio aquático; vii) desastres naturais (seca prolongada, cheias, ciclones), e; viii) epidemias, sendo a malária, cólera, tuberculose e HIV/SIDA as mais importantes.

⁷ Recomendamos a consulta a Valá, 2006c, em que o autor faz uma análise da agricultura em Moçambique entre 1975 e 2005, focalizando para as opções de políticas, a lógica dos produtores e a moldura institucional do sector agrário.

combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. A nossa visão é que o combate à pobreza, e portanto o alcance do desenvolvimento, é um processo que articula esforços nas esferas do crescimento económico, equidade social, uso rentável e sustentável dos recursos naturais, crescente incremento do capital humano e social e “boa governação”, com o objectivo de melhorar o bem-estar das pessoas na sua multidimensionalidade⁸ (MADER, 2000).

Parece ser consensual que um avultado investimento “per se” não assegura automaticamente o desenvolvimento económico sustentável, visto que é fundamental que este se concentre em sectores com viabilidade e que, além disso, se verifiquem outras pré-condições como o espírito empresarial, o conhecimento e sua aplicação, num contexto institucional favorável ao desenvolvimento. Magid Osman (2003) aponta que o desenvolvimento económico não pode ser confundido com a criação de bolsas de prosperidade, como é o caso da Mozal, e não pode acontecer com a exclusão da maior parte da população de Moçambique, que vive no campo. O autor advoga que a redução substancial da pobreza só será possível de alcançar se, a par do investimento e do aumento do conhecimento, se verificar uma subida generalizada da produtividade. Para o efeito é importante destacar dois factores: i) a criação de empregos em número significativo nos sectores da indústria e serviços, e; ii) o aumento da produtividade das explorações agrárias, com ênfase para o sector familiar (micro PME's).

Moçambique é um país com acima de 780.000 Km² e cerca de 21 milhões de habitantes, e o seu clima e costa marítima, onde desaguam muitos rios, fazem com que o país seja vulnerável aos desastres naturais. Possui abundantes recursos naturais como água, terra arável cobrindo 10 diferentes zonas agro-ecológicas, potencial de energia hidroeléctrica, gás natural, carvão, areias pesadas e outras riquezas do sub-solo. Significativos recursos minerais, pesqueiros, florestais têm jogado um papel importante como reserva económica, tendo uma biodiversidade impressionante. Segundo o Banco Mundial (2005), com 65% da população a viver nas zonas rurais, a economia do país continuará a ter como base a exploração dos recursos naturais. Mesmo com as rápidas taxas de urbanização, a subsistência e o bem-estar de grande parte dos moçambicanos continuará a depender do seu acesso à terra, recursos de água, produtos florestais, pescas, minas e outros recursos naturais. O estudo de Ollivier et al (2009) apresenta conclusões provisórias de que o país é muito dependente do seu capital natural e que, portanto, a sustentabilidade do seu crescimento económico está em risco, por não se estar a desenvolver articuladamente outros tipos de capital (o físico e o intangível)⁹. Esses resultados estão a ser alvo de críticas de alguns círculos de opinião, fundamentando que a metodologia adoptada não é consistente para sustentar as conclusões.

⁸ Essa concepção não olha para os pobres como objectos, mas como intervenientes activos que devem actuar para sacudir a pobreza. No entanto, muitos dos pobres não possuem actualmente as “ferramentas” para intervir activamente e de forma responsável na condução dos seus destinos. Cabe às instituições de promoção do desenvolvimento remover os obstáculos que impedem o desenvolvimento pleno do potencial humano.

⁹ Na verdade, as conclusões da pesquisa são controversas. Refere, o estudo, que a poupança real líquida é bastante negativa para 2005, e foi quase sempre negativa nos últimos 20 anos, enfatizando uma trajectória de desenvolvimento económico não sustentável. Moçambique parece abrir a sua base produtiva sem investir o suficiente em capital físico e natural (Ollivier et al, 2009: 23).

O Prof. Muhammad Yunus tem uma ideia interessante sobre a envolvente institucional que contribui para perpetuar a pobreza. Ele argumenta que as mesmas instituições que contribuíram para criar ou manter a pobreza, não podem elas próprias a terem a responsabilidade de contribuir para a sua erradicação. Devem ser criadas novas instituições vocacionadas para resolver os problemas dos mais carenciados (Yunus, 2008: 35). Para o caso de Moçambique, instituições como o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL), Conselhos Consultivos Locais (CCL's), Agências de Desenvolvimento Económico Locais (ADEL's), Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE's), Centros de Prestação de Serviços para Empresas, Incubadoras de Empresas, Centros de Inovação e Parques Tecnológicos (Maquicentros e Tecnocentros), instituições vocacionadas para a formação técnico-profissional, Rádios e Televisões Locais e/ou Comunitárias, Caixas Locais de Poupança e Crédito Auto-Geridas, Centros Multi-Média Comunitários, instituições de comercialização da produção rural e de agro-processamento, entre outras, estão já a contribuir para criar oportunidades acrescidas à população pobre economicamente activa.

A Estratégia de Emprego e Formação Profissional em Moçambique (2006-2015), explicita que

Não obstante o crescimento económico ser indispensável, este por si só não é condição suficiente para a criação de mais postos de trabalho e consequente redução da pobreza. Assim, o país requer um objectivo claro no domínio de emprego como parte integrante das políticas sociais e macro-económicas. Especificamente, a redução da pobreza através da criação de emprego sobretudo no meio rural, implica a canalização de investimentos para os sectores com maior elasticidade na produção, ou seja, o processo de crescimento deve estar assente no emprego intensivo de mão-de-obra (Ministério do Trabalho, 2006: iii).

A pobreza é o principal problema a solucionar nos Distritos, mas ela é multidimensional, manifesta-se de diversas formas e tem diversas causas. É imperioso caracterizar a pobreza, arrolar as suas causas, escritinar como se manifesta e através de medidas concretas- de natureza económica e social- “atacar” o problema incidindo nas suas causas e não nos efeitos. O assunto economia deve estar na agenda central da governação nos Distritos, e deve ser formulada uma visão e acção concretas para dinamizar o crescimento e desenvolvimento económico do território, tendo em conta a sua aptidão. Não temos alternativas: Os próximos 10 anos deverão ser votados ao incremento da economia rural, o que permitirá o fortalecimento das instituições económicas dos Distritos e a dinamização dos mercados. Igualmente importante é monitorar a taxa de crescimento da economia vis-a-vis as tendências de crescimento da população. O grande desafio é fazer com que os pobres economicamente activos possam ter acesso à instrumentos para envolver-se activamente no processo de crescimento e desenvolvimento económico dos Distritos.

Alguns eixos afiguram-se pertinentes, em termos operacionais, para o combate à pobreza e o desenvolvimento dos Distritos, nomeadamente:

- (i) disseminar “experiências bem sucedidas” de PME’s rentáveis e sustentáveis que usem os recursos naturais disponíveis nos Distritos;
- (ii) estimular (premiar?) os responsáveis distritais que fomentem a criação de mais empresas, associações, cooperativas e que cobram mais impostos;
- (iii) ter linhas de apoio específicas para as micro PME’s, as mulheres e os jovens que pretendam criar riqueza nos Distritos;
- (iv) incentivar o uso massivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s) em prol do desenvolvimento económico dos Distritos, tendo como epicentro as unidades educacionais;
- (v) reforçar a intervenção da rede de instituições que se dedicam ao desenvolvimento de capacidades para gerir e implementar negócios, fazendo com que os serviços de extensão rural tenham uma dimensão económica mais vincada, e;
- (vi) identificar algumas iniciativas económicas no Distritos (em curso ou novas) que podem jogar o papel de motor do desenvolvimento económico e conceder apoio para o seu desenvolvimento e consolidação.

II. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO: COMO ENCARAM AS PME’s, A POBREZA E O SEU COMBATE?

Em 2002 e 2003, o Instituto Nacional de Estatística (INE) levou a cabo o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (IAF). Os resultados do inquérito indicaram que a pobreza em Moçambique reduziu significativamente de 69,4% em 1997 para 54,1% em 2003. Segundo as projecções do PARPA II, e tendo em conta o ritmo de redução da pobreza verificado de 1996/97 a 2002/03, projectou-se que até finais de 2009 a proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza seja reduzida para 45%, e atinja-se a Meta do Milénio de 40% em 2015 (República de Moçambique, 2008: 10 e República de Moçambique, 2006: 1).

O PARPA II pretende, explicitamente, que até finais de 2009 a pobreza se reduza para 45%, se mantenha uma taxa de crescimento médio de 7%, se controle a taxa de inflação, se aumente as colectas fiscais, se intervenha no combate às desigualdades sociais, na promoção do desenvolvimento rural e do emprego, e que se dê ênfase especial ao investimento no capital humano e na criação de um ambiente propício ao desenvolvimento do sector privado, em particular as micro PME’s nos Distritos.

Os vários instrumentos programáticos do Governo sublinham que o crescimento económico rápido, abrangente e sustentável e o fortalecimento do sector privado vão ser fundamentais para o combate à pobreza. No seio do sector privado, as PME’s tem uma contribuição axial na medida em que geram empregos, propiciam a competitividade, diversificam as actividades, estimulam a inovação e a criatividade e mobilizam recursos sociais e económicos para o sector produtivo. A *Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique* refere que “o pólo de crescimento nacional não reside nas PME’s, pelo menos no sector manufactureiro”. Actualmente

existem no país cerca de 28.474 PME's registadas na base dos dados do Censo de Empresas realizado em 2004, com cerca de 129.225 trabalhadores. Do total das empresas existentes no país, 98,6% são PME's. O comércio é a actividade dominante¹⁰, seguida pela indústria de hotelaria e de processamento (manufatura). O comércio representa 57,4%, ou seja 16,357 empresas, do número total no sector das PME's como um todo. O sector do alojamento constitui 20,2% (5.793) e a manufatura totaliza 9,9% (2.828). A agricultura representa apenas 2,17% (MIC, 2008: 3-6).

No último relatório moçambicano sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o Presidente da República, Armando Guebuza, enfatizou, seu prefácio, os progressos rumo ao alcance dos ODM¹¹ e os desafios a enfrentar como a ocorrência de fenómenos naturais adversos (efeito combinado das cheias, secas, inundações, ventos fortes e ciclones), a crise alimentar e a crise financeira, bem como os efeitos nefastos da pandemia do HIV/SIDA, a malária e outras doenças. O Chefe de Estado moçambicano advoga que

[...] a pobreza tem fragilidades e que, por isso, pode ser vencida. Defende igualmente que não ser pobre é, como qualquer outro direito universal, um direito que deve ser extensivo a todos os homens e mulheres à escala planetária. A promoção do desenvolvimento humano em Moçambique enquadra-se nesta perspectiva e vem plasmado na Agenda 2025, a nossa visão do país a longo prazo, no Programa Quinquenal do Governo (PQG) e no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) (República de Moçambique, 2008: 5).

Tem sido levadas a cabo múltiplas realizações pelo Governo, sector privado e sociedade, em geral, na melhoria das condições de vida das populações que residem no meio rural. Nos últimos nove anos houve uma redução de mais de 22% da incidência da pobreza absoluta rural. Em todos os Distritos do país foi melhorada a cobertura e a qualidade de bens e serviços prestados à população, em particular nos sectores da educação, saúde, abastecimento de água, acesso a estradas e infraestruturas de transportes, comunicações e telecomunicações. Tem-se assistido a um crescimento contínuo da produção agrária e, em

¹⁰ Todavia, o sector do comércio não é o maior em termos de volume de negócios. Apesar do número elevado de empresas, o volume de negócios é inferior ao da indústria manufactureira. A indústria manufactureira e de construção são as duas áreas que demonstraram um sinal relativamente forte de desempenho empresarial. Um elemento de realce é o baixo desempenho das indústrias tradicionais como as agro-indústrias, as pescas e as indústrias extractivas. O sector agrário como um todo (incluindo a pecuária e as florestas) representa apenas 0,8% do volume de negócios, tendo-se verificado um declínio preocupante na agricultura de 27,2% em 1998 para 19,5% em 2002.

¹¹ Nos últimos anos, o país resgistou taxas de crescimento económico numa média acima de 7%, com um crescimento assinalável nos sectores de agricultura, indústria transformadora, construção, comércio e transporte, a inflação a ser contida em um dígito, melhorias no acesso à educação, saúde, abastecimento de água e redução das taxas de mortalidade infantil. O PARPA II prevê um crescimento anual na ordem dos 6,5% para o período 2010-2014. Porém, apesar deste desempenho, Moçambique continua sendo um dos países mais pobres do mundo, situando-se no 172º lugar num total de 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o mais baixo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O HIV/SIDA continua a ser a maior ameaça ao desenvolvimento em Moçambique, com a taxa de prevalência do HIV (15-49 anos de idade) a aumentar de 8,2% em 1998 para 16,22 em 2004, apesar de se reconhecer um ligeiro decréscimo para 16% em 2007. Cf. República de Moçambique, 2008: 9.

2006, foi alcançada uma taxa de crescimento de mais de 9%, com uma inflação de um dígito. Estamos actualmente no bom caminho, em direcção a um desenvolvimento que nos leve a taxas de crescimento de dois dígitos e taxas de inflação de um dígito. E para que haja uma maior distribuição dos benefícios do processo de desenvolvimento, novos esforços estão em curso para elevar a contribuição da agricultura na formação do PIB nacional¹².

Todavia, como bem refere Carrilho (2007: 2), esse quadro positivo não deve colocar-nos eufóricos ao ponto de não ter consciência de que múltiplas limitações ainda se fazem sentir no Campo. Ainda temos grandes défices no acesso à água potável, aos meios e vias de comunicação, às infraestruturas de energia e de telecomunicações. A nossa vulnerabilidade às calamidades naturais provocadas por eventos climáticos extremos é ainda elevada e as queimadas ainda cobrem, quase todos os anos, cerca de 50% do território nacional.

Nas áreas rurais a maior parte da actividade económica está assente em recursos naturais de preços voláteis, explorados de modo primário por uma população com pouca informação sobre e para dar ao sistema financeiro e ao mercado em geral. A economia nessas áreas é pouco diversificada e com limitada redundância, por isso pouco robusta, dominada pelo Estado ou por PME's com grande, por vezes extrema, influência local. A economia das PME's¹³ é essencialmente de natureza informal, sendo apoiada por uma infraestrutura pobre e de manutenção dispendiosa. A maior parte da economia assenta na actividade agrária, que é uma actividade de risco (Carrilho, 2007: 2).

Na óptica de Ollivier et al (2009), o crescimento económico do país foi impulsionado sobretudo pela construção de megaprojectos, investimentos de países vizinhos, um alto nível de apoio de doadores e a recuperação pós-guerra do sector agrícola. O crescimento médio anual da produção agrícola entre 1995 e 2003 foi de 5,2%, enquanto o sector das pescas manteve-se praticamente estagnado. O crescimento do sector agrícola foi, por conseguinte, substancialmente mais baixo do que a taxa geral de crescimento do PIB de 8,6%.

Em virtude do reconhecimento do contributo vital das micro PME's para o desenvolvimento económico do país, e mais particularmente dos Distritos, o Governo está apostado em criar instrumentos que permitem estabelecer o ambiente adequado para a emergência, desenvolvimento e consolidação do sector privado ao nível dos Distritos. É nesse contexto que foi criado o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias

¹² Esses aspectos vem bem retratados no trabalho que o autor elaborou em 2005 sobre os dilemas e desafios do desenvolvimento rural em Moçambique, apresentado em Maputo, durante a 2ª Reunião Nacional dos Economistas (AMECON). Cf. Valá, 2005.

¹³ As características das PME's podem ser assim resumidas: i) o crescimento do número de PME's não é satisfatório; ii) as oportunidades que as PME's oferecem não são suficientes; iii) em termos numéricos, as micro-empresas constituem a maioria das PME's; iv) as PME's contribuem com menos de metade do volume bruto de negócio (41%); v) no geral, a produtividade laboral das PME's é baixa; vi) a manufactura e o comércio são as áreas que sustentam o sector das PME's; vii) o desempenho das PME's nas indústrias tradicionais não é adequado, e; viii) é acentuada uma assimetria regional em termos de dimensão. Cf. MIC, 2008: 10-11.

Empresas (IPEME), ao abrigo do Decreto nº 47/2008, de 03 de Dezembro, por forma operacionalizar a implementação da Estratégia das PME's, incentivar o desenvolvimento propício de negócios das empresas, prestar assistência técnica e facilitar acesso ao financiamento, bem como promover, criar e gerir incubadoras de empresas. Foi igualmente criado o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (Lei nº 5/2009, de 12 de Janeiro), que tem em vista reduzir os custos de cumprimento das obrigações tributárias e os encargos de fiscalização e controlo através da simplificação de procedimentos, propiciando assim o alargamento da base tributária. O Governo também aprovou, recentemente, o Código de Benefícios Fiscais (Lei nº 4/2009, de 12 de Janeiro), com o objectivo de racionalizar os benefícios fiscais para investimentos e torná-los cada vez mais eficientes e eficazes como instrumento de política económica. Precisamos, pois, que esses novos instrumentos transformem os desafios existente em oportunidades¹⁴.

As actuais políticas do Governo são explicitamente pró-pobres, consubstanciadas no PQG e nas duas gerações do PARPA. Desde 2005, há uma preocupação central de fazer com que o palco central das intervenções de desenvolvimento seja o Distrito, que pretende-se que seja o “efectivo pólo de desenvolvimento do país”¹⁵. Nessa esteira, a coberto da Lei nº 8/2003 (Lei dos Órgãos Locais do Estado - LOLE), de 19 de Maio, e do regulamento nº 11/2005, de 10 de Junho, estão a ser alocados recursos financeiros acrescidos para os Distritos, afectos mais quadros qualificados e está-se a reforçar a capacidade de tomar decisões pelas instituições locais, públicas e os fóruns de composição mista, como os Conselhos Consultivos Locais (CCL's). Iniciativas como o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA), Programa de Apoio as Finanças Rurais (PAFR), PROAGRI e Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA), Programa Integrado de Reforma da Educação Técnico-Profissional (PIREP), Programa de Fomento da Industrialização Rural, Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD), Projecto de Pesca Artesanal do Banco de Sofala (PPABAS), Projecto Capula e Arco-Norte, Projecto de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Orientado para o Mercado no Vale do Zambeze, os programas de reabilitação de estradas e de electrificação, entre outras, estão já a contribuir para fazer recuar a pobreza e revitalizar a economia, tendo como epicentro o Distrito.

Por outro lado, e reconhecendo que o apoio as PME's é ainda deficiente, o Governo está levando a cabo acções para estabelecer o marco legal, político e institucional que permita uma assistência multifacética às PME's, em particular nas zonas rurais. Ese labor é, na

¹⁴ Temos de persistir na ideia de que não basta apenas criar instituições, legislar ou regulamentar para para que todos os problemas fiquem resolvidos, uma vez que é sabido que a instituição mais bem concebida ou a mais bem intencionada lei e regulamento podem não estar “atrelados” à realidade económica e social envolvente, sobretudo devido as dinâmicas de mudança, e com a influência de factores como a integração regional, a globalização e a crise financeira mundial.

¹⁵ A teoria dos “Pólos de Desenvolvimento”, da autoria de François Perroux, dos finais dos anos 1950, são considerados os motores que devem arrastar o conjunto da economia. É o centro económico motor que exerce efeitos de arrastamento sobre o seu ambiente, podendo ser uma empresa, um ramo de actividade, um sector ou uma região, por exemplo, o território do Distrito. Distinguem-se os pólos de crescimento dos pólos de desenvolvimento. Os primeiros resultam de uma evolução espontânea, enquanto que os segundos são rganizados pelo Estado. Para mais informações vide Perroux, 1961.

minha óptica, parte do que é necessário ser feito, mas certamente não suficiente pois a intervenção organizada das instituições do sector privado de pequena dimensão é vital por forma que o Estado esteja consciente, permanentemente, do resultado que está a obter com a implementação das políticas públicas nesse domínio (por exemplo, por parte das PME's e do enquadramento adequado do sector informal).

III. FOCALIZAR NAS PME'S VAI ESPICAÇAR AS ENERGIAS DORMENTES DOS EMPREENDEDORES LOCAIS

As alterações na ordem internacional em meados da década de oitenta, vieram produzir transformações económicas e sociais profundas em quase todo o mundo, mas a intensidade, profundidade e tipo de alterações foi variável de país para país. Em Moçambique a transição económica, social e política envolveu mudanças de grande repercussão na vida dos cidadãos, sobretudo com o advento da paz e estabilidade política. Neste contexto a criação de empresas e a formação dos empresários em Moçambique aumentou de importância. A actividade económica privada influenciou o nível de consumo das populações, fez surgir imensas unidades de pequena escala e negócios diversos, não só como forma de alívio à pobreza mas também como estratégia de vida. A criação de um empresariado nacional forte passou a constituir um dos maiores desafios para Moçambique.

Num estudo sobre os constrangimentos que impedem o desabrochar de classes capitalistas locais, poderosas e eficazes, capazes de desempenhar um papel cimeiro na mutação económica das sociedades africanas, Henry (2000: 131-132) enfatizou os seguintes factores:

(a) a natureza muitas vezes obstrucionista ou ineficaz do poder do Estado e da ideologia política, desde o período colonial até hoje; (b) a posição, passada e actual, de dependência de África na economia internacional, que deixa um défice de factores de produção e de possibilidades comerciais e impede o exercício da autonomia nacional; (c) a ameaça de concorrência que representam os capitais estrangeiros mais substanciais, dotados de consideráveis vantagens não acessíveis aos empresários locais; (d) a herança de uma sociedade e de uma cultura tradicionais inadaptadas, não oferecendo o apoio desejado e caracterizadas por obrigações particularistas e por uma concepção oposta à acumulação individual; (e) o estabelecimento ainda incompleto daquilo que os marxistas chamam as relações sociais de produção (quer dizer, um sistema de classes suficientemente diferenciado, no qual o trabalho é ele mesmo submetido às leis do mercado); (f) o contexto nacional imprevisível para os negócios, associado a um sistema de educação inadequado, pouco fiável, e a uma infraestrutura de comunicações que aumenta o custo da produção e os riscos e ingerência das autoridades e de procedimentos inúteis; (g) a qualidade dos esforços empregues nos negócios pelos próprios detentores locais de capitais.

Como é óbvio, quando se pretende generalizar constrangimentos para todo um continente, um ou outro factor pode estar ausente nalguns países, mas o quadro geral não foge muito aos elementos sublinhados pelo autor. O autor enfatiza que não obstante a dependência económica em relação ao exterior, os mercados nacionais limitados, a concorrência estrangeira, a infraestrutura pouco desenvolvida e a cultura e instituições sociais tradicionais não adaptadas a concepção capitalista serem elementos importantes, terão um impacto reduzido se os Estados não tiverem conseguido criar a base institucional necessária a uma economia de mercado competitiva, submetida às leis da concorrência e se o poder do Estado, ele próprio, é exercido de uma maneira arbitrária e ávida, por elites que são fortemente hostis, simultaneamente à possibilidade de desenvolvimento capitalista em si, e aos empresários nacionais em particular (Henry, 2000: 132-133)¹⁶.

Na África Sub-Sahariana (ASS) encontram-se em grande número empresários informais, muitas vezes emigrados dos países vizinhos ou vindo das zonas rurais para as grandes cidades. A abundância de micro-empresas assegura uma função essencial de regulação económica e de prestação de serviços sempre que as empresas formais falham ou são demasiado caras para uma parte da população. Ademais, permitem de uma certa maneira criar empregos e evitar um desemprego aparentemente demasiado importante. Os empresários que dirigem as PME's procuram desenvolver as suas firmas, entre o sector informal¹⁷ e as grandes empresas. Contribuem para a flexibilidade e dinâmica da economia.

As micro, PME's são o motor da economia moçambicana, particularmente nas zonas rurais, constituindo uma fonte importante das nossas exportações, contribuem decisivamente para a criação da riqueza e geram um elevado número de postos de trabalho. Moçambique é, na verdade, um país de PME's, pois elas representam o padrão do nosso tecido produtivo. Apesar da sua relevância prática, as PME's ainda não ocupam o seu lugar de destaque na nossa política económica.

Um dos principais problemas da economia moçambicana é a fraca competitividade. A nossa aposta tem de estar centrada na exportação de bens e serviços, na valorização da energia, agricultura e agro-indústria, exploração mineral, turismo, florestas e prestação de serviços de transporte ao "hinterland" (Ratilal, 2007), nomeadamente no reforço e ampliação das cadeias de valor e na prioridade a atribuir aos sectores tecnologicamente

¹⁶ O Estado Africano é criticado pela sua tendência de encher-se de importância, tornar-se inoportuno e ser de tal forma ineficaz que a aptidão dos seus funcionários para monopolizar e fazer mau uso dos escassos recursos, abafando as empresas e os investimentos e empurrando os agentes económicos para a economia paralela, e o recurso à fuga, contrabando, etc, são um denominador comum em muitos países, o que afecta negativamente o ambiente de negócios (Cf. Bayart, 1989).

¹⁷ O alastramento galopante do sector informal tem a sua origem na sociedade civil. Esse sector favoreceu o surgimento de empresários dinâmicos e criativos e mostrou a potencialidades humanas do país. Na óptica de Torres, as micro PME's, inclusivamente as do sector informal, não somente se defrontam com falta de apoio oficial, como são esmagadas por uma multiplicidade de normas administrativas que alimentam a ineficiência e a corrupção. Recorrendo a Olivier Vallée, o autor aborda criticamente os projectos consagrados ao sector privado que alimentam indevidamente "um imaginário do sector informal como viveiro de empregos e alfobre de empresários". Cf Torres, 1997: 102-103.

relevantes. Um investimento decisivo tem de ser canalizado para a formação técnica, inovação e investigação, na exigência em termos de qualificação, na procura de qualidade e excelência.

Ratilal (2007: 6) refere que *“um dos maiores pontos fracos nas nossas economias é a carência em matéria de gestão e organização de empresas e das instituições e do empreendedorismo”*. O autor aponta que o paradigma neo-liberal, “per se”, já não serve as economias emergentes como as de Moçambique. Ele assegura o controle das agendas nacionais, perpetua o círculo vicioso da pobreza e torna-os receptáculos crónicos da ajuda que vem e, muitas vezes não vem ou chega tarde, gerando crises sucessivas. Os países industrializados e alguns países emergentes como o Brasil, a África do Sul, a China, a Índia, a Indonésia, a Malásia possuem bancos de desenvolvimento¹⁸, geridos com eficiência, que assumem um papel vital no sólido crescimento das suas empresas, e que as torna competitivas. O novo paradigma deverá permitir que os fundos canalizados para a ajuda se dirijam cada vez mais para o sector empresarial para suprir as falhas do mercado interno, que temos consciência que é fragmentado e distorcido¹⁹.

A avaliação do ambiente de negócios no país, que de certa forma impacta no desenvolvimento das PME's, apresenta uma diversidade de constrangimentos que bloqueiam o crescimento e consolidação das PME's, a saber: i) excessivas barreiras reguladoras; ii) elevado custo de financiamento e a sua limitação; iii) fraca qualificação da mão-de-obra; iv) carga fiscal excessiva e custo elevado de pagamento de impostos; v) deficiente acesso aos mercados; vi) falta de ligações horizontais e verticais entre as empresas, e; vii) baixo espírito empreendedor. É dentro desse quadro que foi aprovada a estratégia para o desenvolvimento das PME's, por forma a contribuir para reforçar a economia dos Distritos e assim fragilizar os fundamentos da pobreza²⁰ (MIC, 2008: viii).

O fortalecimento da economia dos distritos passa necessariamente pelo nascimento de novos projectos empresariais, em quantidade e qualidade, para fazer face à taxa de mortalidade elevada das PME's moçambicanas. Mostra-se pertinente apostar numa cultura de empreendedorismo, fomentada particularmente por jovens e mulheres, assegurando-se que o ambiente económico dos Distritos esteja preparado para acolher micro e pequenas iniciativas económicas que resultem num uso mais apropriado dos

¹⁸ Sobre este assunto, importa sublinhar que a “Agenda 2025” toma um posicionamento explícito em favor da constituição dum Banco de Desenvolvimento, justificando que o mesmo pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento económico do país. Na verdade, tal instituição garantiria o acesso a fundos concessionais com taxas de juros preferenciais. Para mais informação vide Comité de Conselheiros, 2003: 157-158.

¹⁹ A nossa principal aposta tem de ser o fomento do investimento de qualidade, público ou privado, que tenha efeitos multiplicadores na economia multi-sectorial dos Distritos. Temos de ser rígidos na rejeição de investimentos públicos não reprodutivos. Tendo um Estado eficiente e eficaz (mais pequeno e menos gastador), podem ser libertos recursos para quem investe, inova e arrisca.

²⁰ Há mudanças em curso que vão contribuir para a melhoria do ambiente de negócios pelas PME's, como a aprovação, pelo Governo, da Estratégia para o Desenvolvimento das PME's, a entrada em vigor da regulamentação específica para a tributação dos pequenos contribuintes, a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais e para os clientes de baixa renda, os programas governamentais de fomento da industrialização rural, dos mercados rurais e da extensão rural, para citar apenas algumas iniciativas de relevo.

recursos naturais disponíveis ao nível local e com incorporação de tecnologias mais produtivas.

Uma ampla reforma curricular deve ser implementada para promover, junto as universidades, institutos politécnicos, escolas técnicas e outras instituições de formação vocacional, a introdução de disciplinas relacionadas com o empreendedorismo e o desenvolvimento económico local, no sentido de preparar e motivar os estudantes para enveredarem por projectos empresariais quando entrarem na vida profissional activa. Na verdade, é importante não apenas escolarizar o maior número de elementos da população, mas igualmente assegurar a relevância dessa educação para o desenvolvimento do país e que a mesma seja de qualidade para todos²¹. A cultura da iniciativa, do empreendedorismo e do risco empresarial deve ser estimulada e desenvolvida, para que o país possa ser crescentemente mais competitivo sob ponto de vista económico e inserir-se com vantagens concretas no processo de globalização e integração económica regional. A formação profissional é fulcral, porque o conhecimento, a inovação²² e a qualificação são indispensáveis à competitividade dos trabalhadores e das empresas, ao aumento da produtividade e dos salários, ao combate ao desemprego. É preciso direccionar a formação profissional eminentemente para dentro das empresas, uma vez que são elas que melhor conhecem as necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho, as oportunidades de emprego, as exigências em termos de qualificação e requalificação profissional.

Alguns especialistas em questões económicas e de desenvolvimento (Ratilal, 2002; Magid Osman, 2003) tem a percepção de que só com a viabilização das PME's é que será possível assegurar maior sustentabilidade do tecido económico e social em Moçambique. Sem uma atitude arrojada e coerente para reestruturar, sanear as PME's e apoiá-las técnica e financeiramente, corre-se o risco de manter muitas das PME's no sector informal, contribuir para o aumento do desemprego e consequentemente incrementar a marginalidade e o crime. Em Moçambique, em virtude do sector privado ser frágil e haver défice de capacidade e iniciativa empresarial, cabe ao Estado a responsabilidade de estimular e incentivar o fortalecimento duma classe empresarial capaz de assumir o seu papel de motor do desenvolvimento económico e social nacional²³.

Muitos dos problemas que afligem tanto os países ricos como os pobres no mundo moderno, refere Bill Clinton (2008: 18), não podem ser adequadamente resolvido sem um

²¹ Hugon (1999: 104) refere que África permanece sub-escolarizada, face à dimensão da sua população, mal escolarizada, as expansões quantitativas realizaram-se à custa da qualidade do ensino e nem sempre se respeitou a necessidade da educação ser relevante na vida prática dos educandos, e sobre-escolarizada, em face das capacidades de financiamento e às estruturas do emprego.

²² Na óptica de Murteira (2004: 65), fala-se de inovação quando ocorrem alterações significativas de produtos, processos, modelos organizacionais ou de posicionamento competitivo da instituição. Esta definição não se limita, portanto, a considerar inovações os produtos novos ou novos equipamentos e processos tecnológicos, incluindo também no conceito determinadas modificações no contexto sócio-económico da actividade da instituição.

²³ A debilidade do tecido empresarial nacional, em particular nas PME's, não se alterará sem que o Estado lhe dê algum suporte e incentivos especiais, com regras previamente estabelecidas e aplicadas com transparência.

maior número de políticas governamentais esclarecidas, administração pública mais competente e honesta e um maior investimento do dinheiro que resulta dos impostos. Existem provas suficientes de que um Governo mais eficiente pode gerar rendimentos mais elevados, melhores condições de vida, mais justiça social e um ambiente mais limpo. Quando o Governo funciona bem, o serviço prestado pelos cidadãos pode reforçar e complementar os esforços governativos. Quando não funciona bem, o serviço prestado pelos cidadãos tem uma montanha mais difícil a escalar para preencher as lacunas no tecido económico e social. É nesse prisma que é de vital importância a formulação de adequadas políticas de desenvolvimento e que sejam acompanhadas pela existência de capacidade institucional para as implementar e monitorar. Nesse quadro importa, pois, que a reforma na função pública possam contribuir, de forma concreta, para o fomento do empreendedorismo e o reforço das PME's.

É importante e urgente a remoção de barreiras que obstaculizam o crescimento e consolidação das PME's. Dum modo geral, não é a falta de esforços que faz com que os agregados familiares pobres não possam progredir sob ponto de vista social e económico. Numa parte significativa de casos, são as barreiras institucionais que não lhes permitem escapar à armadilha da pobreza. Uma das medidas ousadas que se deve tomar é romper conceptual e praticamente o paradigma de que a pobreza combate-se exclusivamente aumentando as oportunidades de emprego dependente para as famílias. A realidade de muitos países subdesenvolvidos demonstrou que o facto de se conceder crédito aos pobres economicamente activos foi uma “opção ousada” que colocou em causa o pensamento económico convencional que postulava que “os pobres não são dignos de crédito” (Yunus, 2007). A concessão de crédito as famílias de baixa renda tem o condão de levar os pobres a criarem o seu próprio emprego, gerar rendimento e controlar o seu próprio destino. A literatura económica clássica colocou de lado uma característica fundamental da economia real em países como Moçambique, ao não reconhecer que o auto-emprego (trabalho independente) é uma forma natural e muito usual dos pobres “ganharem a vida”²⁴.

A visão exposta anteriormente é bem caracterizada por Martinelli e Joyal (2004: 7) nos seguintes termos:

Historicamente, a actividade da manufactura subordinou o trabalhador, visto que ele, despojado de bens e propriedades, só tinha a oferecer as suas habilidades pessoais, por meio da prestação dos seus serviços. Com o tempo e o crescimento de suas actividades, as grandes indústrias passaram a subordinar o trabalhador em função do progresso técnico, pois estes não conseguiam acompanhá-lo por conta própria e acabavam ficando dependentes das empresas. Porém, a partir dos meados dos anos de 1980, [...], com a revolução tecnológica, mesmo trabalhadores com grande qualificação técnica têm dificuldade para conseguir empregos. Também o alto índice de desemprego leva esses excluídos

²⁴ Essa perspectiva quebra o “mito” muito propalado de que o empreendedorismo é uma qualidade muito rara entre os homens. Segundo alguns manuais de economia, só um número reduzido de pessoas tem o talento para identificar oportunidades de negócio e a coragem para arriscar os respectivos recursos no desenvolvimento dessas oportunidades.

do sistema capitalista a buscar alternativas e, na maior parte dos casos, a solução é a criação de seu próprio negócio ou o início de uma nova actividade em um negócio já existente. Isso leva à criação dos microempreendimentos.

Em matéria de inovação as PME's dispõem de uma vantagem decisiva, pois não tem entraves, ao contrário de algumas empresas burocratizadas com planos de longo prazo, níveis hierárquicos e institucionalização de procedimentos. São mais flexíveis, portanto mais móveis. Com esta vantagem, o responsável da empresa deve usá-la proveitosamente para tirar partido das mudanças do mercado e dos novos desejos dos clientes para as transformar, através de produtos inovadores, em novos factores de competitividade. Numa época como a nossa, em que se assiste ao desenvolvimento de sofisticadas tecnologias de comunicação e informação, esses meios simultaneamente eficazes e rápidos contribuem para a difusão de novas ideias, acelerando o ritmo da inovação e adoptando, na prática, o lema “*quem não avança, recua*”. As micro PME's moçambicanas já provaram ser mais flexíveis e próximas dos seus clientes, e podem tirar partido rápida, racional e eficazmente das possibilidades da inovação que se apresentam²⁵.

O desenvolvimento assente nas unidades económicas de pequena escala permitem uma maior articulação entre recursos e instituições na satisfação das necessidades da população e uma alternativa de multi-uso às opções tradicionais de grande projectos²⁶. A forma como as actividades económicas de pequena escala se organizam e estruturam para competir no mercado, os suportes culturais e filosóficos subjacentes ao seu comportamento concorrencial revestem-se de enorme importância para a compreensão de um dos sectores mais dinâmicos da sociedade e revelam uma proximidade com a cultura local e o modelo de educação dominante na sociedade.

Para o fortalecimento das PME's moçambicanas, em particular as que operam nos Distritos, é vital remover os estrangulamentos financeiros existentes²⁷, investir no

²⁵ As PME's contribuem para a flexibilidade e capacidade de adaptação às variações conjunturais através da introdução de novas tecnologias e a criação de novos empregos. Como características, cabe citar a baixa relação investimentos / mão-de-obra, o seu papel complementar nas actividades industriais mais complexas, a sua participação no desenvolvimento de regiões marginalizadas e deprimidas, a sua inserção em mercados especializados que não apresentam viabilidade para as empresas de grande dimensão.

²⁶ Não existem dados estatísticos fidedignos sobre a participação das PME's na economia nacional quer quanto ao seu peso na produção nacional quer no que se refere ao emprego da população, mas as informações disponíveis e estimativas apontam para que 75% da produção anual de pesca venha das unidades artesanais, e que na agricultura 90% da produção nacional venha do sector familiar rural. No comércio e serviços, aponta-se para 70% das transações serem informais. No conjunto representa níveis bastante elevados em todo os sectores de actividade. Segundo a OIT, estima-se que na ASS 65% da mão-de-obra urbana esteja no sector informal. Só entre 1980 e 1985, o sector informal recebeu 75% da mão-de-obra liberta do mercado de trabalho formal em consequência dos planos de ajustamento estrutural. Cf. Mira, 1997: 149.

²⁷ Na comunicação apresentada durante a Conferência Inaugural do IESE, em Setembro de 2007, subordinada ao tema economia rural, financiamento aos empreendedores e fortalecimento institucional em Moçambique, argumentamos que o acesso aos financiamento pelos empreendedores de pequena dimensão é um dos maiores problemas de desenvolvimento rural, não apenas pela limitada oferta de serviços financeiros, mas devido a fraca qualidade da procura desses mesmos serviços, e que a solução não deveria ser encarada só ao nível da extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais, mas igualmente era

aumento da sua produtividade, estimular o aumento dos negócios das PME's, a simplificar os mecanismos de relacionamento das PME's com o Estado e a massificação da cultura empreendedora entre os moçambicanos. Para as PME's é fundamental que sejam identificados e explorados “nichos de mercado” específicos, se consolide a formação técnico-profissional em todos os Distritos para fomentar o espírito empreendedor, e que se estimule a criação de incubadoras de empresas, centros de prestação de serviços e parques tecnológicos. As PME's não tem alternativa, têm de apostar seriamente nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), na inovação, na ciência e no conhecimento, optando por explorar os recursos naturais disponíveis para a criação de riqueza a partir dos Distritos²⁸.

Um dos recursos mais valiosos que Moçambique possui é a sua população, que parte significativa dela ainda vive abaixo da linha de pobreza. Se é verdade que o pobre moçambicano não está nessa situação por falta de esforço, e muito menos por opção, mas por falta de oportunidade e “instrumentos” concretos de acção para romper o ciclo vicioso da pobreza²⁹, então o desenvolvimento rápido e sustentável da economia nacional vai depender, grosso modo, da forma como forem orientadas as “energias adormecidas” dos pobres economicamente activos e inseri-las no circuito económico através de muitas e diversificadas PME's lideradas por empreendedores dos Distritos que serão movidos pelo desejo de realização, superação e almejando obter lucros.

IV. NÃO EXISTEM SOLUÇÕES MÁGICAS NEM HOMOGÉNEAS PARA TODOS OS DISTRITOS DO PAÍS

Ratilal (2002: 78) tem uma concepção interessante sobre o desenvolvimento do país baseada numa estratégia explícita, defendendo que

Os melhores quadros devem ser atraídos para o sector agrícola³⁰ e do desenvolvimento rural. Este enfoque tem que ser em função do retorno efectivo da

importante intervir na capacitação dos empreendedores para elaborarem e proporem as instituições financeiras projectos económicos bancáveis. Para mais informações vide Valá, 2007.

²⁸ Para mais informação vide Ministério da Ciência e Tecnologia, 2006.

²⁹ O livro de Dasgupta (2008: 171-172), realça que o sucesso alcançado ao se vencer cada desafio reforça as perspectivas de sucesso nos desafios seguintes. O autor refere que o facto de uns ter sucesso e outros fracasso não é resultado do acaso nem fatalidade. O contexto envolvente tem uma contribuição importante, ou seja, é fundamental encarar o sucesso como a combinação e interacção entre o esforço pessoal e o contexto social favorável. Para o caso das PME's moçambicanas, é vital frisar que o empenho, proactividade e empreendedorismo dos agentes económicos deve ser acompanhado pela existência dum terreno fértil para que a semente possa germinar, crescer e consolidar-se. No mesmo diapasão posiciona-se Sachs (2005: 265), ao defender que os pobres não estão nessa situação, necessariamente, porque são preguiçosos ou porque os seus governos são corruptos. Os pobres enfrentam desafios estruturais que os impedem de pôr até mesmo o primeiro pé na escada do desenvolvimento. Para enfrentar o isolamento geográfico, as doenças endémicas, a vulnerabilidade aos choques climáticos, a fraqueza da estrutura económica, etc, deve-se fazer investimentos fundamentalmente em pessoas, instituições e infraestruturas, para que as comunidades tenham as ferramentas para controlar o seu destino.

³⁰ No entanto, temos de reconhecer que, como bem afirma Castel-Branco (2008: 4), o desenvolvimento da economia como um todo, em todas as suas variantes fundamentais, requer o desenvolvimento de relações

produção e da produtividade do sector. No essencial, todos os outros sectores, as estradas, as pontes, as indústrias, as escolas, a formação, o treinamento, etc., os fundos de cooperação devem ser concebidos e canalizados em função da estratégia de produção, assente na estratégia principal. Devemos agir na cooperação focalizando iniciativas e aí concentrar para ter impacto, em vez de dispersar como tem sido feito.

Esse posicionamento de Ratilal é ousado no sentido de conferir à agricultura e ao meio rural prioridade nacional. Na verdade, já no passado advoguei que é importante ter uma *Estratégia de Desenvolvimento Nacional* explícita e que todos os actores-chave tenham conhecimento e possam intervir no quadro da implementação dessa mesma estratégia. Numa comunicação apresentada em 2006, defendi que independentemente da apreciação que cada um pudesse fazer do mérito, aplicabilidade prática ou sustentabilidade da “estratégia de socialização do campo”, que vigorou principalmente entre 1977 e 1983, todos estavam claros sobre os pilares da mesma, que eram as machambas estatais, as aldeias comunais e as cooperativas (Valá, 2006a).

Outros autores moçambicanos como, por exemplo, Magid Osman (2000), Francisco (2003), Mosca (2005), Valá (2006b), Mosca (2008) e Castel-Branco (2008), enfatizam igualmente que a agricultura e as zonas rurais devem ser áreas prioritárias de intervenção para o combate à pobreza de forma rápida, abrangente e sustentável. Castel-Banco (2008: 5) vai mais longe ao afirmar que

Nas condições sócio-económicas e demográficas de Moçambique, desenvolvimento rural deve ser o conteúdo fundamental e o centro de gravidade da estratégia nacional de desenvolvimento. Note-se que não está a ser dito que desenvolvimento rural deve ser parte, ou parte fundamental da estratégia de desenvolvimento nacional. Explicitamente, está a ser dito que a estratégia de desenvolvimento nacional deve ser uma estratégia de desenvolvimento rural. Por outras palavras, desenvolvimento rural não é um assunto sectorial ou transversal, é o assunto central do desenvolvimento de Moçambique.

Como que a enfatizar a necessidade de estimular a economia multisectorial rural, Castel-Branco (2008: 14), postula que desenvolvimento rural deve ser orientado para uma clara visão de industrialização rural³¹. Qual é a fundamentação dessa aposta? Primeiro, a industrialização rural poderá propiciar o aumento dos rendimentos e a expansão dos mercados. Segundo, ela permite penetrar em mercados mais dinâmicos e inovadores e conferir maior solidez e energia ao processo de desenvolvimento rural. Terceiro, a industrialização rural criará a oportunidade para transformar radicalmente a qualidade e a

positivas entre os diferentes sectores da economia, bem como a transformação da natureza negativa do padrão de acumulação.

³¹ Ainda que acreditemos que a deslocação da população da agricultura para a indústria e serviços seja uma necessidade histórica sem o que não haverá progresso económico e social, deverá percorrer uma etapa prévia, a do aumento da produtividade na agricultura e, de um modo geral, a do aumento da produção destinada ao consumo interno para que o custo de vida baixe radicalmente, isto é, para que os salários reais tenham um poder de compra maior, tornando, neste processo, a força de trabalho moçambicana mais competitiva (Cf. Magid Osman, 2003: 29).

articulação de todos os serviços, infraestruturas e unidades produtivas rurais, bem como a possibilidade de alargamento e diversificação regional e social da base produtiva e comercial. Quarto, a industrialização rural é um elemento catalizador da urbanização rural e pode ser um vector de unidade nacional ao fortalecer ligações internas mais profícuas.

Um estudo levado a cabo por Carvalho Neves (2003: 31-32), mostra que face às condicionantes técnicas, tecnológicas e de acesso a mercados, as PME's precisam de algo mais além do crédito³². Precisam de melhorar substancialmente a sua gestão, o desenho dos seus planos de negócio assentes num mercado aberto e cada vez mais competitivo. Precisam de estabelecer parcerias, internas e externas, para a sua melhor viabilização e acesso a recursos financeiros mais baratos. A sua gestão tem de ser necessariamente mais transparente, as suas contas devem ser auditadas e publicadas para que os empregados, clientes e fornecedores possam aumentar os seus níveis de confiança e credibilidade relativamente à gestão e à sustentabilidade do negócio. As PME's necessitam também de capital de risco que se disponibilize a partilhar a gestão que traga aportes técnicos e recursos financeiros mais baratos.

Os Distritos de Moçambique são heterogéneos em termos de condições agro-climáticas, lógicas sócio-culturais, estruturas políticas, dinâmicas económicas, moldura institucional, base tecnológica, grau de implantação de infraestruturas, índice de pobreza, densidade populacional, entre outras diferenciações. Foi na base desse reconhecimento que a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) optou por apresentar a visão, os grandes objectivos estratégicos, as directrizes que devem orientar as intervenções e as prioridades, e não apresentar estratégias de intervenção rígidas e prescritivas (MPD, 2007).

Apesar do relevante papel das PME's na economia nacional, enfrentam em geral grandes dificuldades de natureza interna e conjuntural. Estritamente ligadas ao universo familiar, revelam problemas relativos ao planeamento, controlo financeiro e da produção, comercialização e falta de controlo gerencial. Grande parte dos empresários construíram os seus negócios na base do universo conceptual da família, aprendendo por imitação, torneando e coabitando o negócio com as carências do agregado familiar. As PME's nem sempre são entendidas na dimensão real, no que representam para as populações, por parte dos organismos estatais e de poder. Evidenciando contradições de vária ordem, o sector das PME's representa uma faixa de identidade própria na sua estrutura e organização, métodos de trabalho e funcionamento, que pela sua especificidade são um verdadeiro laboratório e viveiro de empreendedores.

É notável a diferença de experiência de empresas quando estas são categorizadas por tamanho. Os exemplos apresentados sugerem que as micro empresas têm preocupações

³² Arcelina (2008: 95), por exemplo, refere que o problema não está somente na oferta mas também na procura de dinheiro, fazendo uma distinção clara entre procura e necessidade, pois na maioria dos casos depara-se com empresários ou empreendedores que necessitam de recursos financeiros, mas que não possuem condições para acederem ao mesmo, nomeadamente não possuem contrapartidas, não possuem planos de negócios, verifica-se falta de capacidade de gestão, resumindo ... não são bancáveis.

que diferem das grandes empresas, o que sugere que no desenho de futuras políticas de desenvolvimento nesse domínio devem tomar em conta este factor³³. Uma das constatações marcantes que caracterizaram a redução da intervenção do Estado na economia, desde meados dos anos 1980, foi a redução significativa de empregos permanentes, em particular nas áreas rurais. Tendo em conta esse cenário, a maior parte dos empregos criados tem sido ao nível das micro e pequenas empresas, enquanto tem havido grandes quedas de emprego nas empresas de maior dimensão.

Além de questões do ambiente de negócios, outros aspectos não menos importantes para o desenvolvimento das PME's são a capacidade e a possibilidade de inserção no comércio internacional através da produção para o mercado internacional. De modo geral, as empresas moçambicanas têm cada vez mais abertura para expansão mas, devido a fraca capacidade de produção e produtividade, a sua oferta é reduzida o que sugere a necessidade de esforços paralelos em várias frentes para impulsionar o sector privado para ter um crescimento económico rápido, contínuo e sustentável.

Há algumas áreas-chave que exigem uma intervenção mais ousada e consistente no sentido de aproveitar as “experiências bem sucedidas” existentes e refinar a lógica de intervenção. Gostaríamos de enfatizar quatro domínios importantes:

- (i) Os **megaprojectos**³⁴ podem ter um papel mais relevante no combate à pobreza, fortalecimento das PME's e desenvolvimento económico dos Distritos, desde que haja criatividade e sentido inovativo de fazer com que o território distrital e as comunidades tirem benefícios não apenas de acções de responsabilidade social, mas de intervenções de relançamento da económica multi-sectorial distrital, liderada pelas PME's;
- (ii) A **produção por contratato**, que está sendo desenvolvida fundamentalmente para as culturas de rendimento como algodão, tabaco, cana-de-açúcar, girassol, gergelim, entre outras, está provocando o incremento da produção e da produtividade dos pequenos produtores, está colocando mais dinheiro nas mãos dos camponeses, mas quem está ganhando lucros avultados nesse processo são as empresas fomentadoras das culturas de rendimento. Nesse quadro, urge aperfeiçoar o modelo para que os pequenos produtores tirem

³³ Foi esse factor que esteve na origem da criação do Instituto para a Promoção das PME's (IPEME) no Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Há vozes que defendem a criação dum regime laboral específico para as PME's, argumentando que a sua dimensão, natureza, características, problemas e necessidades são distintas das empresas de grande porte fazendo, portanto, sentido tratar de forma diferente o que é estruturalmente diferente.

³⁴ Nm artigo publicado em 2001, Abreu (2001: 55) problematizou uma questão central no que diz respeito as estratégias de desenvolvimento do empresariado nacional: ou se focaliza nas micro PME's ou nos megaprojectos. Na prática, Moçambique não está seguindo nem um nem outro caminho em exclusivo, explorando o potencial de desenvolvimento que cada uma das opções pode aportar, mas reconhecendo que o nosso tecido empresarial é fundamentalmente constituído por micro PME's.

mais benefícios desse esquema de produção contratualizada, que já funciona e tem resultados concretos na economia rural;

- (iii) O **modelo associativo e/ou cooperativo** não está ainda a ser devidamente explorado, na sua plenitude, para promover o bem-estar das famílias rurais, fazendo com que as PME's possam aglutinar recursos, capacidades e energias para resolver os problemas que individualmente são de difícil solução, contribuindo assim para o combate à pobreza. Mostra-se, pois, vital massificar o modelo de organização associativa e/ou cooperativa (de natureza voluntária) como um instrumento para a promoção do desenvolvimento rural com o amplo envolvimento das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento (endógeno), e;
- (iv) O **reforço dos serviços de extensão e comunicação rural** por forma que os produtores rurais possam ter acesso a assistência sobre a área técnica ligada a actividade económica que desenvolvem, mas também assessoria sobre gestão, desenvolvimento de negócios (identificação de oportunidades de negócios, estudos de viabilidade, planos de negócios, estudos de mercado) e fomento do empreendedorismo. Para o desenvolvimento deste domínio, é vital potenciar os serviços de extensão públicos³⁵ e dar-lhes um sentido económico mais explícito e aproveitar o capital de experiência e a implantação em todas as Províncias por parte do Instituto de Comunicação Social (ICS).

O artigo de Negrão (2003: 70-71) sobre “Como Induzir o Desenvolvimento em África?” refere-se a duas correlações que permitem explicar e actuar com vista a indução do desenvolvimento. A primeira é a que se desenvolve entre os direitos fundamentais (ex: nível de escolaridade, qualidade da água consumida, condições nutricionais e de saúde, condições de habitação) e o aumento da taxa de poupança, ou seja, quanto maior for a concretização dos direitos fundamentais do cidadão, maior é a taxa de poupança da unidade produtiva³⁶. A segunda correlação desenvolve-se no sentido inverso. Quanto maior é a taxa de poupança, maior é a concretização dos direitos fundamentais. O autor advoga que para induzir o desenvolvimento, o investimento deve estar orientado para:

- i) a disponibilização de **dinheiro barato** para o sector empresarial nacional por forma a aumentar a procura junto dos pequenos produtores através da agro-indústria³⁷;

³⁵ Reforçando a capacidade interventiva da Direcção Nacional de Extensão Agrária (DNEA) do Ministério da Agricultura (MINAG), por forma a explorar o potencial económico dos distintos Distritos de Moçambique.

³⁶ O autor citado defende que o que está em causa na economia rural em Moçambique, mais do que o aumento da oferta, é o aumento da taxa de poupança da família rural e posterior investimento produtivo no sector agrário. A sustentabilidade do desenvolvimento depende da formação do capital e esta só é possível quando: i) a poupança é maior que o consumo; ii) a poupança é direccionada para o investimento produtivo (Negrão, 2003: 63).

³⁷ Castel-Branco (2003: 12) aponta que a economia de Moçambique tem uma extensa base agrária, o que pode reflectir o facto de que a economia nacional, em particular a sua indústria, é subdesenvolvida. A agro-industrialização pode ser o ponto de partida para o processo de industrialização em Moçambique, se o

- ii) o estabelecimento de **parcerias de tipo novo** entre os sectores empresarial (que tem como capital a tecnologia, o *know how* de gestão e o acesso aos mercados) e o sector familiar (que detém como capital os recursos naturais);
- iii) o **desenvolvimento do capital humano**, em particular através da educação básica, melhoria da qualidade da água para consumo, melhoria da saúde e do saneamento;
- iv) a **redução das distâncias relativas aos serviços, mercados e recursos** através da construção de infraestruturas e da progressiva substituição dos combustíveis lenhosos por eléctricos e fósseis, e;
- v) a **reconstituição do tecido institucional** tendo por princípios a participação a todos os níveis nos processos de tomada de decisão, o balanço nas relações de género e a incorporação das instituições endógenas e transversais nas dinâmicas de governação.

A visão de Negrão encontra-se ancorada na abordagem do desenvolvimento territorial de forma integrada, assente na lógica da economia de mercado, mas reconhecendo que para algumas situações e em alguns momentos a intervenção do Estado é crucial para corrigir distorções, combater abismais desigualdades regionais, sociais e de género e solucionar problemas que o mercado não seja estimulado a fazê-lo (segurança e estabilidade pública, ambiente, assistência social, apoio à regiões vulneráveis e pobres, etc)³⁸. Segundo Mosca (2005: 11), o segredo do sucesso dos “Tigres Asiáticos” encontra-se justamente na combinação de um “Estado de Desenvolvimento”, relativamente autónomo interna e externamente, com uma matriz económica de acumulação auto-centrada. O “Estado de Desenvolvimento” promove rápidas transformações do mundo rural, grandes investimentos infraestruturais e no sistema educativo e, sobretudo, políticas industriais e tecnológicas activas e multifacetadas e promoção selectiva dos sectores exportadores. Parafraseando Schumacher, Negrão (2001: 43) aponta que *‘desenvolvimento não começa com bens; ele começa com pessoas e a sua educação, organização e disciplina. Sem estas três, todos os recursos se mantêm latentes, não interceptados, potenciais’*.

É importante, pois, que partindo dos vectores de desenvolvimento constantes no Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Distritos (PEDD), se definam as áreas económicas-chave para o desenvolvimento económico dos Distritos tendo em conta o seu potencial, a disponibilidade de infraestruturas, a capacidade de desenvolver essas actividades pela mão-de-obra local e a existência de instituições de promoção de condições que viabilizem o desenvolvimento dessas actividades, incluindo a interligação funcional com os Distritos

objectivo é fazer com que a sociedade participe e beneficie do desenvolvimento numa base ampla, eficaz e sustentável.

³⁸ Para o caso de Países em Desenvolvimento, os autores que defendem uma maior participação do Estado na economia tem como justificação: a) reduzido e débil tecido empresarial nacional; b) baixos níveis de acumulação nacional; c) escassez de infraestruturas, e; d) o papel histórico do Estado na prestação de serviços de saúde, educação, habitação, água, transportes, energia, etc). Cf. Mosca, 2005.

circunvizinhos. Essas actividades que constituem o motor para o crescimento do Distrito deverão ser alvo de apoio prioritário do Estado através dos seus instrumentos de intervenção (criação dum ambiente adequado, financiamento, mercados, tecnologias, assistência técnica, infraestruturas, etc). As PME's podem ajudar, acredito, na revitalização económica dos Distritos de Moçambique tendo em conta a sua visão de presente e futuro melhor de cada Distrito e explorando cabalmente as potencialidades económicas e sociais existentes.

Para terminar, referir que a “experiência desenvolvimentista moçambicana” permite reter que o combate à pobreza e o desenvolvimento económico dos Distritos vai depender da forma como as PME's vão ser “enquadradas” no mosaico denso do sector privado nacional. Tendo em conta a heterogeneidade dos Distritos do país, é recomendável apostar em mecanismos de implementação de prioridades económicas de forma descentralizada, apostando na criatividade e sentido inovativo das pessoas e instituições distritais, e estimulando o envolvimento das mulheres e jovens e o uso de novas TIC's.

Se devidamente inseridos e reconhecido, na prática, o seu papel como dinamizador da economia nacional, os pequenos empreendedores vão agir em resposta aos desafios e oportunidades existentes nos “potencialmente ricos” Distritos de Moçambique, o país onde as PME's já estão envolvidos na edificação, pedra a pedra, do edifício da prosperidade e progresso desta “Perôla do Índico”.

Maputo, 08 de Abril de 2009

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1994), *Moçambique em Transição: Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*.- Maputo: CEEI-ISRI e Padrigu- Gothenburg University
- ABREU, António Pinto de (2001), “O Papel do Empresariado Nacional no Contexto da Globalização”.- In: Democracia e Desenvolvimento.- Associação Joaquim Chissano, pp. 33-61
- ARCELINA, Yolanda (2008), “O Sector Financeiro no Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas”.- In: Comunicações dos Seminários da Presidência da República, pp. 90-96
- Banco Mundial (2005), *Natural Resources and Growth Sustainability, Economic and Sector Work*.- Washington DC: World Bank
- BAYART, J.-F. (1989), *L'État en Afrique: La politique du ventre*.- Paris: Fayard
- CARVALHO NEVES, A. (2003), *Alocação de Crédito como Factor de Desenvolvimento das PME's em Moçambique*.- Maputo: I Quaderni della Cooperazione Italiana (Nº 1/2003)
- CARRILHO, João Zamith (2007), *Finanças Rurais e o Papel dos Politécnicos na Transformação e Dinamização do Meio Rural*.- Chimoio: Instituto Superior Politécnico de Manica (Abertura do ano lectivo de 2007 / 13 de Fevereiro de 2007)
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2008), *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Contributo crítico com debate de postulados básicos*.- Maputo: IESE- Discussion Paper nº 03/2008 (Setembro de 2008)
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (2003), *Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da situação actual e linhas estratégias de desenvolvimento*.- Maputo: I Quaderni della Cooperazione Italiana (Nº 3/2003)
- CLINTON, Bill (2008), *Dar: Como cada um de nós pode mudar o mundo*.- Lisboa: Casa das Letras
- Comité de Conselheiros (2003), *Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação*.- Maputo: GoM e PNUD
- DASGUPTA, Partha (2008), *Economia*.- São Paulo: Editora Ática
- ELLIS, Stephen e FAURÉ, Yves - A. (2000), *Empresas e Empresários Africanos*.- Lisboa: Editora Vulgata
- FRANCISCO, António (2003), “Reestruturação Económica e Desenvolvimento”.- In: Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique.- Porto: Edições Afrontamento, B. De Sousa Santos e J. C. Trindade (Org.), pp. 141-178
- G20 (2004), *Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2004: O combate as causas da pobreza*.- Maputo: G20
- G20 (2005), *Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2005: A participação no combate e as causas da pobreza em Moçambique*.- Maputo: G20
- G20 (2006), *Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2006: Desenvolvimento agrário e sinergias na luta contra a pobreza*.- Maputo: G20
- HENRY, Paul (2000), “Os Obstáculos Políticos ao Capitalismo Africano”.- In: Empresas e Empresários Africanos.- Lisboa: Vulgata, pp. 131-157

- HUGON, Phillipe (1999), *Economia de África*.- Lisboa: Editora Vulgata
- MACUÁCUÁ, Adriano (2005), “Soluções para o Combate à Pobreza em Moçambique”.- In: As Ciências Sociais na Luta contra a Pobreza em Moçambique.- Benigna Zimba & José Castiano (Coords.), pp. 139-154
- MADER (2000), *Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique*.- Maputo: Conselho de Ministros (30 de Maio de 2000)
- MAGID OSMAN, Abdul (2003), “Desenvolvimento Económico, Economia de Mercado e as Instituições: Papel do Estado”.- In: O Economista, N° 2.- Maputo: AMECON, pp. 9-38
- MAGID OSMAN, Abdul (2000), “A Tendência de Privilegiar o Sul”.- In: Agora, pp. 24-26
- MARTINELLI, Dante Pinheiro e JOYAL, André (2004), *Desenvolvimento Local e o Papel das Pequenas e Médias Empresas*- São Paulo: Editora Manole
- MARTIN, Paul et al (2004), *Desencadeando o Empreendedorismo: O poder das empresas a serviço dos pobres*.- Nova York: PNUD
- MIC (2008), *Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas em Moçambique*.- Maputo: Direcção Nacional de Indústria
- MIC (2006), *Diagnóstico do Sector da Indústria e Propostas de Intervenção*.- Maputo: Direcção Nacional da Indústria
- Ministério da Ciência e Tecnologia (2006), *Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique*.- Maputo: Conselho de Ministros
- Ministério do Trabalho (2006), *Estratégia de Emprego e Formação Profissional em Moçambique (2006-2015)*.- Maputo: Conselho de Ministros
- MIRA, Feliciano de (1997), “Notas de Reflexão sobre a Acção Empreendedora, a Educação e as Actividades Económicas de Pequena Escala em Moçambique”.- In: Educação, Empresas e Desenvolvimento em Moçambique.- Feliciano de Mira (org.).- Évora: Pendor, pp. 141-153
- MOSCA, João (2008), *Agricultura e Desenvolvimento em África*.- Lisboa: Instituto Piaget
- MOSCA, João (2005), *Economia de Moçambique: Século XX*.- Lisboa: Instituto Piaget
- MPD (2007), *Estratégia de Desenvolvimento Rural*.- Maputo: Conselho de Ministros (11 de Setembro de 2007)
- MURTEIRA, Mário (2004), *Economia do Conhecimento*.- Lisboa: Quimera
- NEGRÃO, José (2001), *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana: O delta do Zambeze em análise retrospectiva*.- Maputo: Promédia
- NEGRÃO, José (2003), “Como Induzir o Desenvolvimento em África?: Reflectindo sobre o norte de Moçambique”.- In: O Economista, N° 2.- Maputo: AMECON, pp. 39-75
- OLLIVIER, Timothée et al (2009), *Recursos Naturais, Meio Ambiente e Crescimento Sustentável em Moçambique*.- Maputo: Agence Française de Développement (AFD) e Banco Mundial
- PERROUX, François (1961), *A Economia do Século XX*.- Lisboa: Gradiva

- RATILAL, Prakash (2007), *Sobre a Cooperação que Promove o Desenvolvimento Real: O fortalecimento das capacidades e iniciativas locais, com ênfase no sector produtivo*.- Lisboa: 2º Congresso Nacional dos Economistas- Mesa Redonda sobre as Relações entre a Europa e África
- RATILAL, Prakash (2002), “Percepções sobre a Economia”.- In: O Economista, N° 1.- Maputo: AMECON, pp. 45-104
- República de Moçambique (2008), *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2008*.- Maputo: GoM & PNUD
- República de Moçambique (2006), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II)- 2006-2009*.- Maputo: GoM
- República de Moçambique (2005), *Programa Quinquenal do Governo 2005-2009*.- Maputo: GoM
- República de Moçambique (2004), *Constituição da República*.- Maputo: Imprensa Nacional
- SACHS, Jeffrey (2005), *O Fim da Pobreza: Como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*.- São Paulo: Companhia das Letras
- TORRES, Adelino (1997), “Mercados e Desenvolvimento em África: Lógicas e desafios num contexto de globalização”.- In: O Desafio Africano.- Lisboa: Vega.- José Venâncio (Coord.), pp.85-130
- YUNUS, Muhammad (2008), *Criando Um Mundo Sem Pobreza: O negócio social e o futuro do capitalismo*.- Lisboa: Difel
- YUNUS, Muhammad (2007), *O Banqueiro dos Pobres*.- Oeiras: Difel
- VALÁ, Salim Crompton (2007), “A Nossa Riqueza está no Campo”: *Economia Rural, Financiamento aos Empreendedores e Fortalecimento Institucional em Moçambique*.- Maputo: Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)- “Desafios para a Investigação Social em Moçambique”, realizado em Maputo, a 19 de Setembro de 2007
- VALÁ, Salim Crompton (2006a), *Estratégia de Socialização do Campo e o CAIL no Chókwè (1977-1983): Percepções, Contradições e Lições*.- Maputo: Comunicação apresentada no Simpósio organizado pelo Centro de Documentação Samora Machel, 05-07 de Outubro de 2006
- VALÁ, Salim Crompton (2006b), *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de interesses entre o Estado e os agricultores?*.- Maputo: IPAD
- VALÁ, Salim Crompton (2006c), “Desenvolvimento da Agricultura em Moçambique numa Perspectiva Sócio-Económica (1975-2005): Uma análise das opções políticas, a lógica dos agricultores e as instituições”.- In: O Economista.- N° 1, Março de 2006, pp. 25-38
- VALÁ, Salim Crompton (2005), *Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Como criar riqueza através da capacitação do Homem e das Instituições?*.- Maputo: Comunicação apresentada na 2ª Reunião Nacional dos Economistas, realizada em Maputo (Hotel Polana), 12 de Abril de 2005



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz